

A REFORMA LABORAL E A ESTRATÉGIA DE POLÍTICA ECONÔMICA NA ESPANHA

Jorge Uxó González*

1. O DESAFIO DA POLÍTICA ECONÔMICA NA ESPANHA: CRESCIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO

Após a aprovação, em junho do ano passado, de uma nova reforma do funcionamento do mercado de trabalho na Espanha, vem sendo publicados inúmeros trabalhos nos quais se resumem, de forma crítica, seus detalhes e as principais mudanças introduzidas do ponto de vista do Direito do Trabalho.

O propósito destas páginas é diferente, já que pretende situar essa reforma laboral no contexto global da estratégia de política econômica aplicada atualmente na Espanha.

O elemento central de qualquer estratégia é uma definição precisa de seus objetivos. E, no caso da Espanha, não há dúvidas: somente pode ser através da recuperação do emprego perdido e a volta, o mais rapidamente possível, das taxas de desemprego anteriores à crise (8% em 2007). E isso significa, fundamentalmente, alcançar taxas elevadas de crescimento do PIB. Assim, embora não seja o único, na medida em que contribui para esse objetivo, deveria, sim, ser um critério fundamental para a valorização das medidas que estão sendo aplicadas, incluída a reforma laboral.

É desnecessário que se repita que a crise econômica teve na Espanha efeitos muito graves sobre o emprego. Conforme o Eurostat, a taxa de desemprego de setembro de 2010, corrigida pelo estacionamento, foi de 20,8% da população ativa e agora existem na Espanha quase dois milhões a menos de pessoas empregadas se comparado com a época do início da crise. Mas, é preciso acrescer um pouco mais de precisão nesse ponto. A magnitude do desafio - voltar à taxa de desemprego de 8% - é considerável. Por exemplo, se a Espanha crescesse nos próximos anos à taxa prevista pelo FMI (0,7% em 2011 e uma média de 2% para o período 2012-2015), continuaria tendo uma taxa de desemprego próxima de 15% em 2015. Para que, nesse ano, a taxa de desemprego chegasse a 8%, o crescimento médio, desde 2011, deveria ser, na realidade, o dobro do previsto, em torno de 3,4%.

Mas, se a economia espanhola não cresce mais rapidamente, não é pela escassez de recursos produtivos, já que, em 2010, há uma média de 4.500.000 pessoas desempregadas e a utilização da capacidade produtiva das empresas é de somente 74%; o problema da economia espanhola é a escassez de demanda agregada. O *Indicador de Confianza Empresarial* elaborado pelo Conselho Superior de Câmaras do Comércio assim atesta: 79% das empresas pesquisadas demonstram que a falta de demanda é o fator mais importante que prejudica o andamento dos negócios (a média desde 2003 é estimada em 55%). Assim, as medidas adotadas pelo governo deveriam centralizar-se primeiro em resolver as

* Professor de Teoria Econômica, Universidade de Castilla - La Mancha, Espanha.

limitações que impedem que a demanda agregada atinja um nível compatível com uma recuperação sustentável do emprego.

Por outro lado, se houver interesse em que essa recuperação do emprego seja duradoura, não basta a aplicação de qualquer tipo de medidas que sirvam para conseguir uma expansão a curto prazo da demanda agregada: é preciso, ademais, lograr uma mudança no modelo de crescimento da fase expansiva anterior, que mostrou ser claramente insustentável.

Particularmente, é necessário corrigir-se os desequilíbrios com o exterior, já que o *deficit* da conta corrente apresenta como o outro lado da moeda o aumento da dívida externa.

2. AS CAUSAS DA INSUFICIENTE DEMANDA AGREGADA E AS LIMITAÇÕES DA ATUAL ESTRATÉGIA DA POLÍTICA ECONÔMICA

Durante o período expansivo que precedeu a crise atual, o elevado crescimento da economia espanhola (3,8% em média entre 1997 e 2007) foi impulsionado, principalmente, pelo gasto das famílias, sobretudo em inversões residenciais, e teve como consequência um aumento muito grande da dívida privada e da dívida com o resto do mundo. As dívidas familiares, mais que as das sociedades não financeiras, passaram de 83% a 218% do PIB, enquanto que a dívida pública caiu de 60% para 36%. E a dívida espanhola em poder do resto do mundo subiu de 27% para 110% do PIB. Sobre essas bases, o crescimento não podia continuar indefinidamente. Embora, inicialmente, a dívida tenha um efeito expansivo - já que financia um gasto maior -, ela acaba gerando um efeito contrário a enfrentar: após o pagamento dos juros e das amortizações, resta uma menor renda disponível para financiar o consumo e o investimento. Dessa forma, para manter o mesmo ritmo de crescimento é preciso que a dívida cresça cada vez mais rapidamente, o que torna todo o processo dependente da capacidade das famílias e das empresas para continuar obtendo financiamentos.

A crise começou no setor imobiliário e financeiro, mas ocasionou imediatamente uma grande queda na demanda de consumo, como consequência do seu efeito sobre a riqueza e o nível de endividamento, da poupança preventiva, a incerteza para as famílias, o desemprego e a dificuldade de obtenção de crédito. Também representou um drástico corte de investimento, devido à piora das expectativas, a queda na utilização da capacidade produtiva instalada e a dificuldade das empresas para o acesso ao crédito necessário para financiá-las. Finalmente, o caráter globalizado da crise econômica fez com que a demanda das exportações se reduzissem notavelmente.

Em uma situação como essa, as autoridades trataram de resolver primeiro os problemas do sistema financeiro, mas imediatamente se compreendeu que, para romper o círculo vicioso da recessão-deflação, era imprescindível também uma atuação decisiva e imediata sobre a demanda agregada. Uma forma de lográ-la é através da política monetária e, de fato, os bancos centrais reduziram os tipos de juros de intervenção, embora o Banco Central da Espanha o tenha feito mais levemente (até o atual 1%) e com maior retardo que, por exemplo, o Reserve Federal nos Estados Unidos. Entretanto, a situação dos mercados financeiros retirou eficácia dessas medidas, que se transferiram apenas parcialmente para outros

tipos de juros e para o crédito concedido aos consumidores e às empresas.

Assim, foi necessário que outro componente da demanda substituísse os lares e as empresas para alavancar o crescimento ou, pelo menos, para evitar que se acelerasse a redução do PIB (que, no segundo trimestre de 2009, chegou a alcançar 4,4% de índice anual). E esse componente não podia ser outro que os gastos públicos, que, desde o final de 2008, principalmente em 2009, iniciou um programa de estímulo fiscal, equivalente este ano a 2,3% do PIB. É importante assinalar duas questões: que esse pacote de medidas respondia às propostas que em outros momentos foram feitas por instituições como o G-20, o FMI ou a Comissão Europeia, e que a Espanha tinha no início da crise uma ampla margem de manobra para aplicar esse tipo de medidas (em 2007, dispunha de um *superavit* orçamentário de 1,9% e a dívida pública equivalia somente a 36% do PIB). Obviamente, a consequência lógica foi um aumento do *deficit* em 2008 (-4,1%) e em 2009 (-11,2%) e que a dívida alcançasse este ano 53,1% do PIB.

Em 2010, entretanto, o governo espanhol modificou essa estratégia de política econômica, provavelmente levado a isso pelas dificuldades produzidas nos mercados financeiros, no contexto das crises da dívida soberana, especialmente a grega. Essa mudança se concretizou, fundamentalmente, na reforma do mercado de trabalho focada na redução dos custos relativos às demissões nos contratos por tempo indeterminado e o aumento do poder do empresariado na determinação de algumas condições de trabalho nas empresas, debilitando o papel da negociação coletiva e na aplicação de medidas de austeridade fiscal. Através destas últimas, pretende-se alcançar 3% de *deficit* público em 2013, conforme os requerimentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O trajeto dessa política de austeridade iniciou-se com a aprovação de um orçamento para 2010 que incluía uma redução nos gastos públicos equivalente a 7.500.000.000 de euros, e outras medidas tributárias como a elevação do IVA em dois pontos percentuais. Posteriormente, coincidindo com a apresentação em janeiro da atualização do Programa de Estabilidade, procedeu-se a um corte de gastos adicionais para o mesmo ano de 2010 de 5.000.000.000 e, no mês de maio passado, foram aprovados cortes adicionais correspondentes a 15.000.000.000 de euros (5.000.000.000 em 2010 e 10.000.000.000 em 2011). O governo prevê que o *deficit* reduza de 11,2% para 9,3% em 2010 e para 6% em 2011.

As medidas mais importantes aprovadas em maio são: reduzir os ganhos de pessoal do setor público em uma média de 5% em 2010, postergar para 2011 a atualização das pensões, eliminar o regime de transição para a aposentadoria parcial, eliminar o abono por nascimento de 2.500 euros, reduzir os gastos de farmácia através de diversas medidas, suprimir a reatratividade do pagamento de prestações a dependentes ao dia da apresentação do requerimento, reduzir a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, reduzir em 6.045.000.000 de euros entre 2010 e 2011 a inversão pública do Estado, e fomentar uma economia adicional de 1.200.000.000 de euros com as Comunidades Autônomas e as Entidades Locais.

Tanto a reforma laboral como a austeridade fiscal terão grandes custos sociais - pela redução dos direitos dos trabalhadores e o enfraquecimento dos sindicatos que a primeira traz em seu bojo, e pela concentração dos cortes em setores que têm uma clara dimensão retributiva - mas, é que, ademais, não contribuirão com o objetivo central da recuperação do emprego:

1. A Espanha necessita impulsionar a demanda agregada e a política fiscal, que é a única alavanca que tem para consegui-la. - Enquanto as empresas não virem aumentar os seus pedidos, não contratarão mais trabalhadores, embora lhes custe mais barato despedi-los. E é pouco realista pensar que a demanda possa iniciar uma recuperação vigorosa sem uma política fiscal expansiva. A demanda de consumo está condicionada aos níveis elevados de endividamento das famílias, e as políticas de moderação salarial que começaram a ser aplicadas tampouco ajudarão à decolagem do consumo. Tampouco é provável que os investimentos liderem o processo de recuperação, enquanto não houver expectativas de retomada do consumo: as empresas também estão altamente endividadas e têm dificuldades de acesso ao crédito e o uso da capacidade produtiva continua muito inferior à normal. Assim, salvo se a demanda externa agir como locomotiva do crescimento - e as medidas de contração estiveram se disseminando por toda a Europa - a única alavanca disponível para iniciar o crescimento da demanda será o gasto público.

Mas, a estratégia da “austeridade fiscal” e a reforma laboral terão os efeitos contrários, já que apenas limitarão as possibilidades de recuperação. Os cortes de gastos públicos significam automaticamente a contração da demanda agregada, conforme confirma a evidência empírica indicada pelo próprio Fundo Monetário Internacional.

Efetivamente, a experiência histórica dos processos de ajuste orçamentário mostra que, na maioria dos casos, os efeitos restritivos se impõem a outros supostos efeitos positivos que se produzirão através de uma melhora na confiança e uma mudança nas expectativas dos investidores. Quanto à reforma laboral, somente teria um efeito positivo sobre a demanda se se produzisse uma rápida conversão de contratos temporários para indeterminados, mas os dados correspondentes aos últimos meses não refletem ainda essa tendência. Inclusive poderá retrair-se a demanda de consumo à medida que as famílias virem aumentar sua incerteza sobre a indenização que receberão em caso de uma possível despedida de seus empregos.

Implicitamente, o próprio governo reconhece esses efeitos nefastos sobre o crescimento ao modificar para cima a previsão de desemprego - muito otimista - para os próximos anos que inclui nos Orçamentos Gerais do Estado para 2011: de 19% em 2010 e 18,4% em 2011, para 19,4% e 19,3%, respectivamente.

2. As instituições do mercado de trabalho são responsáveis pelo desemprego? - Um dos argumentos formulados para justificar a necessidade da reforma laboral é que a própria existência de uma taxa de desemprego elevado demonstra o mau funcionamento de nosso mercado de trabalho. Conforme esse argumento, por exemplo, os custos excessivos das despedidas dos trabalhadores contratados por tempo indeterminado estariam gerando uma rigidez salarial excessiva, o que provoca, por sua vez, um desemprego estrutural mais elevado e que os ajustes necessários ante uma queda da demanda sejam efetuados exclusivamente através da redução do número de empregados. A reforma do mercado de trabalho seria, então, uma forma de reduzir esse desemprego estrutural causado pela “esclerose” do mercado de trabalho. Mas, esse argumento não é convincente.

Em primeiro lugar, porque a evolução do desemprego num país não depende somente das instituições do mercado de trabalho e, sim, fundamentalmente, da dinâmica macroeconômica. A investigação empírica sobre as causas do desemprego na Europa está centralizada em dois tipos de causas: as instituições do mercado de trabalho (duração e generosidade do seguro-desemprego, sindicalização, custos das demissões e formas de contratação, fundamentalmente) e os choques de caráter macroeconômico, entre os que se encontram as próprias políticas econômicas. Então, os resultados são claros no caso das políticas macroeconômicas que, de forma consistente e robusta, influem na evolução das taxas de desemprego. Autores como T. Palley, por exemplo, mostram que as elevadas taxas de desemprego que se registram na Europa desde os anos oitenta estão claramente relacionadas com a aplicação de políticas monetárias e fiscais restritivas, que se centralizaram na redução da inflação e no *deficit*, sem levar em conta os efeitos sobre o emprego. Em troca, a prova sobre a influência das variações microeconômicas do mercado de trabalho é muito mais problemática e menos robusta, podendo ser questionado o papel principal que lhe é atribuído para explicar as diferenças internacionais nas taxas de desemprego.

Em segundo lugar, se o desemprego se explicasse fundamentalmente pelas instituições do mercado de trabalho, o aumento na sua taxa deveria ser considerado como consequência de uma mudança nessas instituições que, obviamente, não aconteceu. De fato, o mesmo mercado de trabalho foi compatível com um forte processo de criação de empregos, na anterior fase expansiva, quando a economia registrava elevadas taxas de crescimento.

Ainda poderia argumentar-se, é verdade, que o problema do desemprego não seria resolvido completamente se somente se estimulasse a demanda agregada, já que é necessário que se produzam, também, reajustes na estrutura produtiva e, nesse processo, haverá trabalhadores não qualificados, que dificilmente poderão ser reincorporados de forma imediata - sem verdadeiras políticas ativas que aumentem sua empregabilidade - aos novos setores que devem tomar parte na construção. Na Espanha as quedas do PIB amplificaram seus efeitos sobre o emprego em relação a outros países, certamente pelo excessivo peso dos contratos temporários. Mas, o que isso demonstra é, na realidade, que os custos das despedidas já estão reduzidos na Espanha e a flexibilidade externa ainda é muito elevada. E a reforma laboral e as políticas de austeridade fiscal não solucionarão nenhum desses problemas, como se explicará a seguir.

3. A persistência da falta de demanda agregada, sim, terá efeitos negativos sobre o emprego, a longo prazo. - Por mais que a crise tenha trazido como um dos seus efeitos que uma parte dos trabalhadores pouco qualificados tenham dificuldades objetivas para reincorporar-se aos novos empregos que possam ser criados, não é possível dizer que um desemprego de 20% seja estrutural e que, portanto, as políticas expansivas de demanda agregada não teriam efeitos positivos sobre o emprego. O que mostra a evidência empírica é que, quando o desemprego causado pela falta de demanda agregada se prolonga no tempo, pode acabar se transformando em desemprego estrutural, muito mais difícil de corrigir depois. Por exemplo, isso pode produzir-se porque o desemprego de longa duração gera um efeito de expulsão do mercado de trabalho, muito duradouro para os trabalhadores

afetados, tanto por uma redução da sua motivação e de sua atividade de busca, como por uma perda de qualificações e uma recusa das empresas em contratá-los. Igualmente, a redução da atividade limita os investimentos das empresas, o que produz uma redução do estoque de capital em relação com o que se teria produzido em outras circunstâncias, convertendo-se em um obstáculo adicional para alcançar um nível adequado de emprego. Com essa perspectiva, o risco que representa a aplicação de políticas restritivas no meio da recessão é muito mais alto.

4. A dualidade do mercado de trabalho, a temporariedade e a mudança no modelo produtivo. - Os efeitos de uma grande taxa de temporariedade são conhecidos há muito tempo e possuem dimensão tanto empresarial como macroeconômica: elevada taxa de rotatividade laboral, falta de compromisso empresa-trabalhador e menor gasto em formação, redução da produtividade, aumento dos acidentes de trabalho, redução da demanda agregada ante a maior incerteza e, inclusive, maior demora na formação de famílias e menor taxa de natalidade por afetar de forma muito maior aos jovens. Portanto, a eliminação da temporariedade deveria ser também um objetivo da política econômica. O que não parece muito razoável é que a forma escolhida para fazê-lo seja aumentando a precariedade do resto dos trabalhadores facilitando as demissões:

- O aparecimento generalizado dos contratos temporários na Espanha remonta, precisamente, a outra reforma laboral, a de 1984. Essa medida surgiu então como uma forma de aumentar a flexibilização das empresas para adaptar-se às circunstâncias mutáveis da demanda, mas também se limitou à causalidade.

Que a Espanha tenha hoje uma taxa de temporariedade próxima ao dobro da europeia e que tenha sido criada uma grande dualidade em nosso mercado de trabalho, permite reconhecer, na realidade, que se produziu um abuso na utilização dos contratos temporários, que não correspondem aos objetivos pretendidos. Apesar disso, a atual reforma laboral não limita esses abusos, e ainda soma outro: uma maior facilidade para que as empresas respondam a essas mudanças no seu entorno mediante reduções de seu quadro.

A lógica por trás da redução dos custos das demissões como uma forma de limitar a temporariedade no mercado de trabalho, nos novos empregos que estão sendo criados, faz com que as empresas adotem agora, em maior proporção, contratos por tempo indeterminado. Entretanto, a eficácia dessa medida não será muito alta enquanto continuar existindo diferenças de custos na extinção do contrato. De fato, já existe o contrato de incentivo do emprego (com 33 dias de indenização para as despedidas desmotivadas) para alguns contratos coletivos, fundamentalmente menores de 30 anos e mulheres. Não se sabe muito bem por que esse tipo de contrato será mais utilizado agora do que era antes da reforma, nesses grupos. De fato, em outubro de 2010, esse tipo de contrato somente representou 0,9% do total de contratações, e seu número reduziu-se, inclusive, em maior proporção que em outros tipos de contratos.

- Se se pode escolher praticamente sem travas entre um contrato temporário e outro por tempo indeterminado, embora com custos mais reduzidos para as

despedidas, o que deveria levar as empresas às contratações mais estáveis? E, em caso de quedas na demanda, por que manteriam os seus empregados em seus quadros, em vez de despedi-los e voltar a contratar outros trabalhadores quando sobrevenha a recuperação? Fundamentalmente, a resposta a ambas as perguntas não está nos custos das demissões, senão em um modelo produtivo no qual o capital humano seja um fator mais importante - pela necessidade de contar com uma formação específica para a realização de trabalho com maior valor agregado, por exemplo - e na confiança em um crescimento econômico sustentável que permita manter o emprego na empresa. Em primeiro lugar, quanto ao capital humano, torna-se necessário encarar seriamente e adotar medidas que possibilitem a mudança no modelo produtivo (políticas industriais, formação profissional) e, em segundo lugar, a adoção de uma política macroeconômica dirigida ao crescimento e à garantia de uma demanda agregada suficiente. Nenhuma dessas duas condições, certamente, encontra-se na legislação trabalhista.

5. Os cortes no gasto público atrasarão a mudança no modelo produtivo. - Como explicado acima, ao mesmo tempo que se recupera a demanda a um nível adequado para reduzir a forma sustentável do seu desemprego, a Espanha necessita avançar na substituição de uma estrutura produtiva baseada no peso excessivo da construção e em um emprego pouco qualificado e precário por outra que se ampare mais em setores com maior valor agregado e possibilidade de competir internacionalmente. Para isso, serão necessários investimentos públicos que não deverão ser efetivados mediante política de austeridade fiscal.

6. O déficit é a consequência e não a causa da crise. Para reduzir o déficit e a dívida deve-se combater a recessão, e não o contrário. - O elevado *deficit* público registrado na Espanha em 2009 não é o resultado de um problema secular da economia espanhola, nem de um excessivo peso do setor público, senão o reflexo de uma situação de recessão extraordinária. O setor público espanhol não pode ser acusado de um comportamento demasiado frouxo nos anos anteriores à crise: I) desde que entrou em vigência o Pacto de Estabilidade e Crescimento e até 2008, a Espanha não teve nunca um *deficit* superior a 3%; II) o setor público é inferior à média europeia (no período de 1995-2007, a média dos ingressos públicos era de 45,7% do PIB na UEM-12, contra 38,7% na Espanha, e os gastos representavam 48% e 40%, respectivamente) e o gasto social também é inferior (cerca de 21% do PIB na Espanha contra 27% de média na UE); III) apesar da elevação produzida recentemente, a Espanha continua com uma dívida pública de 26 pontos percentuais inferior à média da UEM-12 em termos de PIB.

3. EXISTE UMA ALTERNATIVA PARA A ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA?

As análises efetuadas acerca das origens e das causas da atual crise econômica incluem inúmeros fatores, mas dentre eles não figuram um mercado de trabalho que tenha se tornado mais inflexível, *deficits* públicos crescentes, um generoso estado de bem-estar, um maior poder dos sindicatos ou um aumento da igualdade e um peso crescente dos salários sobre a renda. De fato, qualquer análise dos dados anteriores à crise mostraria que na Europa - e na Espanha - as coisas

foram precisamente na direção contrária. Como pode explicar-se, então, que as propostas para resolver a crise formada pelos governos e os organismos internacionais acabem baseando-se precisamente nesses fatores? O que pode explicar a mudança na política econômica produzida em 2010 e seu apoio majoritário por parte dos organismos internacionais e uma grande parte dos economistas acadêmicos na Espanha?

Um primeiro motivo é o predomínio de uma concepção liberal do funcionamento da economia baseada na confiança na atuação dos mercados e partidária da redução do peso do setor público, que estaria “aproveitando” a crise para aplicar políticas de cortes no Estado de Bem-Estar, apesar de não se encontrar este último na origem da crise. Um segundo motivo está relacionado com a situação dos mercados financeiros e o termo institucional em que se desenvolve a política econômica na União Europeia.

O Tratado da União Europeia atribui ao Banco Central Europeu a aplicação da política monetária de forma completamente independente dos governos e com o objetivo prioritário de garantir a estabilidade dos preços. A consequência é que as autoridades nacionais devem financiar seu *deficit* fiscal acudindo exclusivamente aos mercados financeiros, que as coloca em uma posição de dependência com relação a sua disposição de adquirir os títulos da dívida que emitem. Mas, essa disposição não obedece sempre a uma análise racional da situação objetiva das finanças públicas e as perspectivas de cada país, senão sofre a influência das mudanças bruscas nas expectativas ou, simplesmente, dos movimentos especulativos.

Nessa situação, a Espanha encontra-se frente a um grande dilema de política econômica. Por um lado, deve implantar políticas expansivas para assegurar uma rápida recuperação da demanda e do emprego. Por outro lado, isso supõe mais dívida e, em um contexto de desconfiança como o atual, taxas de juros mais elevadas que acabam trazendo consequências negativas. As políticas restritivas e também a reforma laboral (e das pensões?) apresentam-se, assim, como uma forma de desenvolver a confiança dos mercados sobre a solvência da economia espanhola e, particularmente, do seu setor público.

Entretanto, apesar dos custos que possui, do ponto de vista do emprego, não há certeza de que a estratégia consiga, finalmente, o seu objetivo de acalmar os mercados financeiros. A razão é que estes últimos depositarão a sua confiança naqueles países com solvência suficiente para fazer frente a suas dívidas. Isto é, com capacidade de crescimento. Os cortes fiscais generalizados reduzirão essa capacidade, tornando mais difícil o enfrentamento das dívidas acumuladas e a reforma laboral não trará nenhum efeito favorável de grande monta.

Por outro lado, as dificuldades enfrentadas pelos governos europeus para o financiamento da política de expansão fiscal, requerida para compensar a atual escassez de demanda, privada, derivam da negativa do Banco Central Europeu em colaborar com as autoridades fiscais adquirindo a dívida pública necessária. E os argumentos contrários a essa monetarização da dívida são irrelevantes: I) atualmente, não há risco de inflação, senão de deflação; II) algo de inflação seria, inclusive, salutar para a recuperação, já que reduz os tipos de juros reais e também o peso deles e as amortizações - que estão fixas em termos nominais - sobre a renda disponível; III) de fato, o BCE já está levando a cabo a monetarização de

uma parte da dívida, embora de forma indireta e insuficiente, através de diversas “medidas não convencionais” de política monetária; e IV) o Federal Reserve americano está colaborando com o Tesouro, evitando que os juros da sua dívida se elevem, apesar de ter um *deficit* público similar ao espanhol e uma dívida que é de 30 pontos percentuais mais alta.

Para terminar, não há olvidar que o problema da política econômica enfrentado pela Espanha possui um segundo elemento, que é a existência de um grande *deficit* de conta corrente - como o de Portugal e da Grécia. Mas, esse *deficit* é o inverso que os *superavits* registrados por países como Alemanha, Áustria, Finlândia e Holanda. Esses *superavits*, por sua vez, são o resultado de uma estratégia econômica baseada no aumento das exportações frente à concorrência salarial entre os países - ou, melhor, entre as classes trabalhadoras de cada país. Mas, essas políticas de aumentos salariais limitados dão lugar, nos países com *superavit*, a um crescimento insuficiente da demanda interna, que é compensado com os aumentos das importações, e da dívida, nos países periféricos.

Essa situação é insustentável, embora, também, seja impossível resolver essa crise com desvalorizações reais competitivas, através de reduções salariais e políticas de austeridade fiscal aplicadas simultaneamente em todos os países, que, ainda, teriam custos muito altos em termos de emprego e renda. A solução, também para a Espanha, é europeia: passa por uma solução cooperativa da crise, na qual os atuais países com *superavit* comercial aceitem adotar o papel de locomotivas, ao impulsionar suas demandas internas, permitindo a eliminação dos desequilíbrios atuais.

Tradução: Sonia Maria de Souza da Luz - TRT12ª Região.